



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

JAMILLY MATOS PINHEIRO

**DESIGUALDADE SOCIAL, E INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MERCADO DE
TRABALHO: Educação e informalidade em Belém do Pará.**

BELÉM, 2026.

JAMILLY MATOS PINHEIRO

**DESIGUALDADE SOCIAL, E INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MERCADO DE
TRABALHO: Educação e informalidade em Belém do Pará.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito parcial para obtenção do grau
de Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de
Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Freire

**DESIGUALDADE SOCIAL, E INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MERCADO DE
TRABALHO: Educação e informalidade em Belém do Pará.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito parcial para obtenção do grau
de Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de
Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Freire

APROVADO EM: 23/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Freire da Silva
Orientador – UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Vergas Vitória Andrade da Silva
Examinadora Interna – UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Joana Matos Batalha e José Maria Pereira Pinheiro, meus pais, que ao longo de toda a vida fizeram dos meus sonhos, os seus. Com amor e dedicação sempre me apoiaram, seguraram minhas mãos e não mediram esforços para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, à Nossa Senhora da Conceição e a Santa Teresinha do Menino Jesus. Ao longo dessa caminhada, a qual pedi todos os dias a Deus que me concedesse a graça de chegar ao final da graduação, recorrendo também à intercessão de Nossa Senhora da Conceição e às chuvas de rosas de Santa Teresinha sobre a minha vida acadêmica.

Agradeço de todo o meu coração à minha mãe, Joana, por todo o cuidado, pelas orações, pela dedicação, pelo amor e pelo imensurável esforço para me conduzir até aqui, ela é meu colo nos momentos difíceis e quem me ensinou que é preciso voar para alcançar grandes conquistas, e hoje, está prestes a realizar o sonho de ver suas duas filhas formadas. Ao meu pai, José, que nunca mediu esforços para que a minha educação fosse sempre prioridade. Esteve presente em cada etapa da minha vida, me incentivando constantemente a sonhar grande e a enfrentar meus desafios com coragem e determinação.

À minha irmã, Manuela Batalha, minha maior inspiração de vida, que sempre me ensinou que a universidade abre portas; ao meu cunhado, Leandro Fonseca, que é meu segundo pai e sempre reforçou que eu sou capaz de tudo; e à minha afilhada, Isabel Batalha, que hoje é o maior motivo para que eu busque ser cada vez melhor. Filha, muito do que conquistei até aqui é por você e para você.

Ao meu irmão, Rômulo; ao meu sobrinho, Guilherme; e à minha cunhada, Nayane, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando, me alegrando e me ouvindo ao longo dessa caminhada.

Minha gratidão ao meu avô Anilo (em memória), que por muito tempo me ensinou a importância de conquistar a vida por meio dos estudos. Eu te amo, vô, e gostaria muito de poder tê-lo aqui vendo tudo isso. Ao meu avô Guilherme (em memória), que é meu anjo; à minha avó Izabel (em memória), que sempre foi minha grande amiga; e à minha avó Rosa.

Às amigas que a UFPA me presenteou, Fernanda Silveira e Alice Silva, que salvaram minhas noites e, muitas vezes, foram a motivação para que eu continuasse firme, mesmo nos dias mais difíceis. Entre sorrisos e lágrimas, vocês me ensinaram a importância de ter com quem contar dentro da universidade.

Aos meus amigos da vida: Thalia, minha melhor amiga, que divide a vida acadêmica comigo desde o maternal e esteve presente durante toda a minha graduação, dona Ducinda, por cada gesto de carinho e por cada conselho; Natasha e João Paulo, que suportaram meus momentos de estresse, ouviram minhas reclamações e nunca me deixaram sozinha. Sou imensamente grata por todo o carinho e pela paciência.

Agradeço ao meu orientador, professor Carlos Freire, que contribuiu para a minha formação e para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada pela presteza, pela orientação e pelo constante incentivo ao longo desses meses. Estendo meus agradecimentos à professora Michele Escoura por todos os ensinamentos e reflexões proporcionados. Sou muito grata pela oportunidade de ter sido sua aluna durante a minha graduação na UFPA.

Agradeço também a duas pessoas especiais que, mesmo com a distância, se fazem presentes em meu coração: minha madrinha, Erica Matos, e meu padrinho, Jorge Pinheiro, por todo o amor e pela energia positiva que sempre me transmitiram.

Por fim, agradeço aos meus chefes, que sempre foram compreensivos e confiaram em mim ao longo dessa jornada; aos meus tios, tias, primos, primas, amigos, amigas e a todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu me mantivesse firme na graduação. Todo o carinho, o amor e o afeto que recebi foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Por isso, sou imensamente grata.

OBRIGADA!

EPÍGRAFE

"Deus não colocaria em seu coração o desejo de um sonho impossível ou de um propósito inalcançável."

— Santa Teresinha do Menino Jesus

RESUMO

O presente artigo analisa as relações entre juventude, educação e inserção profissional no contexto das desigualdades sociais contemporâneas, com foco na realidade de Belém do Pará. Parte-se da compreensão de que a ampliação do acesso à escolarização, especialmente ao ensino superior, não eliminou os obstáculos enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho, marcado por processos de precarização, flexibilização e expansão da informalidade. O estudo discute como fatores relacionados à classe social, raça, gênero e território influenciam as trajetórias educacionais e profissionais da juventude amazônica, destacando os impactos das políticas de democratização do acesso ao ensino superior. O presente trabalho possui caráter bibliográfico e documental, utilizando dados produzidos pelo IBGE e FAPESPA e demais estudos sobre juventude, educação e trabalho. Os resultados apontam que, embora a escolarização continue sendo um importante mecanismo de mobilidade social, sua capacidade de garantir inserção profissional qualificada tornou-se mais limitada diante das transformações recentes do mercado de trabalho. Conclui-se que as desigualdades estruturais continuam condicionando as oportunidades disponíveis para os jovens, especialmente para aqueles pertencentes às camadas populares, à população negra e aos grupos historicamente marginalizados na Amazônia.

Palavras-chave: Juventude. Educação. Trabalho. Informalidade. Amazônia.

ABSTRACT

This article analyzes the relationships between youth, education, and labor market entry within the context of contemporary social inequalities, focusing on the reality of Belém, Pará. It proceeds from the understanding that expanded access to schooling—particularly higher education—has not eliminated the obstacles young people face in the labor market, which is characterized by processes of precarization, flexibilization, and the expansion of informality. The study discusses how factors related to social class, race, gender, and territory influence the educational and professional trajectories of Amazonian youth, highlighting the impacts of policies aimed at democratizing access to higher education. This work is based on a review of literature and documents, utilizing data from the IBGE and FAPESPA, as well as other studies on youth, education, and work. The results indicate that, although schooling remains an important mechanism for social mobility, its capacity to ensure entry into skilled employment has become more limited in light of recent labor market transformations. The study concludes that structural inequalities continue to shape the opportunities available to young people, especially those from working-class backgrounds, the Black population, and historically marginalized groups in the Amazon region.

Keywords: Youth. Education. Work. Informality. Amazon.

Sumário

1. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E O TRABALHO: DESIGUALDADES SOCIAIS E INSERÇÃO PROFISSIONAL NA AMAZÔNIA PARAENSE BRASILEIRA	11
2. JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE DESIGUALDADE E INSERÇÃO PROFISSIONAL	13
<i>2.1 Perfil demográfico da juventude brasileira</i>	13
<i>2.2 Juventude: conceito, categorias e dimensões</i>	15
<i>2.3 Transição escola-trabalho</i>	18
<i>2.4 Escolarização e mercado de trabalho</i>	19
<i>2.5 Juventude paraense: Educação, Informalidade e transformações na organização de trabalho</i>	
3. ENTRE A EXPANSÃO EDUCACIONAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS SOBRE A JUVENTUDE PARAENSE	
<i>3.1 Panorama da informalidade: percentual por região</i>	29
<i>3.2 Juventude e precarização: desigualdades persistentes</i>	32
<i>3.3 Pós pandemia e desafios não ultrapassados</i>	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
5. REFERÊNCIAS	39

1. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E O TRABALHO: DESIGUALDADES SOCIAIS E INSERÇÃO PROFISSIONAL NA AMAZÔNIA PARAENSE BRASILEIRA

A juventude ocupa posição central nos debates contemporâneos sobre educação, trabalho e desigualdade social, especialmente em sociedades marcadas por profundas assimetrias econômicas e sociais, como a brasileira. Embora os jovens representem uma parcela significativa da população e sejam frequentemente associados às expectativas de renovação social e desenvolvimento econômico, suas trajetórias educacionais e profissionais continuam sendo fortemente condicionadas pelas desigualdades de classe, raça, gênero e território. Nesse contexto, compreender as formas de inserção da juventude no mercado de trabalho exige analisar não apenas as transformações recentes do mundo laboral, mas também os processos educacionais que influenciam a construção das oportunidades e dos projetos de vida juvenis.

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou importantes mudanças no campo educacional, com ampliação do acesso à educação básica, a expansão do ensino superior e a implementação de políticas de democratização do acesso às universidades públicas, como a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), que possibilitaram que grupos historicamente excluídos dos espaços educacionais passassem a ocupar posições anteriormente restritas às camadas mais privilegiadas da sociedade. A ampliação da presença de jovens negros, indígenas e oriundos das classes populares nas universidades brasileiras representou um avanço significativo no enfrentamento das desigualdades educacionais e no reconhecimento da educação como direito social.

Entretanto, a expansão da escolarização não foi acompanhada, na mesma proporção, pela ampliação de oportunidades de trabalho formal e protegido. Embora a educação continue sendo socialmente percebida como um dos principais mecanismos de ascensão social, as transformações ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas produziram novos desafios para a juventude. Processos como a flexibilização das relações laborais, a expansão da informalidade, a terceirização, e a plataformização do trabalho também chamada uberização, têm alterado profundamente as formas de inserção profissional, produzindo trajetórias marcadas pela instabilidade ocupacional, insegurança econômica e fragilidade dos direitos trabalhistas.

Nesse cenário, a transição entre escola e trabalho tornou-se mais longa, complexa e desigual, a conclusão do ensino médio ou mesmo do ensino superior não garante o acesso a ocupações estáveis e compatíveis com a qualificação adquirida. Muitos jovens enfrentam

difficultades para transformar o capital educacional acumulado em melhores condições de inserção profissional, evidenciando que os benefícios da escolarização são fortemente condicionados pelas desigualdades estruturais existentes na sociedade brasileira. Assim, a relação entre educação e trabalho não pode ser compreendida como um processo linear, mas como uma dinâmica atravessada por diferentes formas de exclusão de alguns e privilégio de outros.

A discussão torna-se ainda mais relevante quando observada a partir das especificidades da Região Amazônica, embora os estudos sobre juventude, educação e trabalho tenham avançado significativamente nas últimas décadas, grande parte da produção acadêmica permanece concentrada nas regiões Sul e Sudeste do país, o que muitas vezes invisibiliza as particularidades vivenciadas pelos jovens amazônicos. A Amazônia apresenta características sociais, econômicas e territoriais que influenciam diretamente as oportunidades de escolarização e inserção profissional. Questões relacionadas à desigualdade regional, à concentração de oportunidades econômicas, à precariedade de determinados serviços públicos e à elevada incidência de ocupações informais produzem condições específicas para a construção das trajetórias juvenis.

No contexto amazônico, Belém do Pará ocupa posição estratégica por concentrar instituições de ensino, serviços públicos e oportunidades de trabalho que atraem jovens provenientes de diferentes municípios do estado. Ao mesmo tempo, a capital paraense expressa as contradições características das grandes cidades brasileiras, combinando processos de expansão educacional com elevados índices de informalidade, desemprego e desigualdade social. A juventude belenense vivencia, portanto, uma realidade marcada por tensões entre as expectativas construídas em torno da escolarização e os limites impostos pelas condições concretas de inserção no mercado de trabalho.

Além das desigualdades econômicas, as trajetórias juvenis são profundamente influenciadas por marcadores sociais como raça e gênero. Estudos como os boletins sobre trabalho e juventude da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA) e os dados da PNAD contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que jovens negros enfrentam maiores dificuldades de acesso a empregos formais, apresentam rendimentos inferiores e estão mais expostos às formas precárias de ocupação quando comparados aos jovens brancos. De maneira semelhante, as mulheres jovens continuam enfrentando obstáculos relacionados à divisão sexual do trabalho, à segregação ocupacional e à desigual distribuição das oportunidades profissionais. Na Amazônia, essas desigualdades assumem contornos específicos, articulando-se com processos históricos de exclusão social e racial que continuam influenciando a distribuição das oportunidades

educacionais e laborais. Ao mesmo tempo, a ampliação do acesso ao ensino superior suscita importantes questionamentos sobre os limites e as possibilidades da mobilidade social no Brasil contemporâneo. Durante grande parte do século XX, consolidou-se a expectativa de que níveis mais elevados de escolarização possibilitariam melhores condições de trabalho e ascensão socioeconômica em relação às gerações anteriores. Contudo, as transformações recentes do mercado de trabalho colocam em debate a permanência dessa dinâmica. Se, por um lado, o diploma universitário continua produzindo vantagens ocupacionais e salariais, por outro, sua capacidade de garantir estabilidade e mobilidade social tornou-se mais incerta diante da crescente precarização das relações de trabalho.

Partindo dessas reflexões, este artigo busca compreender como as desigualdades sociais influenciam a inserção da juventude no mercado de trabalho, analisando a relação entre escolarização, educação superior e oportunidades profissionais no contexto de Belém do Pará. O estudo procura realizar uma análise inicial e propor um debate sobre em que medida a ampliação do acesso à educação, especialmente ao ensino superior, tem contribuído para alterar as condições de inserção profissional dos jovens em um contexto marcado pela persistência das desigualdades sociais e pela transformação das relações de trabalho?

O objetivo geral consiste em analisar as relações entre juventude, educação e mercado de trabalho, a partir das contribuições de Juarez Dayrell (2003), Andreia dos Santos (2021) e Luiz Antônio Groppo (2010) discutindo como fatores relacionados à classe social, raça, gênero e território condicionam as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens. Como objetivos específicos, busca-se discutir as concepções sociológicas de juventude; examinar os impactos da expansão educacional e das políticas de democratização do acesso ao ensino superior e sua permanência nele; analisar os processos contemporâneos de precarização e flexibilização do trabalho; e compreender as especificidades da inserção profissional da juventude na realidade amazônica e belenense.

A presente pesquisa possui natureza quantitativa com análise qualitativa de caráter exploratório-descritivo, tendo como objetivo compreender as relações entre juventude, educação e inserção profissional no contexto das desigualdades sociais brasileiras, com especial atenção à realidade de Belém do Pará e da Região Amazônica. A escolha pela abordagem quanti-quali justifica-se pela necessidade de interpretar processos sociais complexos que não podem ser reduzidos exclusivamente à análise de indicadores estatísticos, exigindo a articulação entre dados empíricos e interpretações teóricas produzidas pelas Ciências Sociais, o período analisado se baseou no contexto pré e pós pandemia, comparando 2019 e 2025.

O recorte temporal compreende o período de 2019 a 2025, totalizando sete anos de

observação, a escolha desse intervalo permite construir uma análise longitudinal capaz de contemplar diferentes momentos da dinâmica social e econômica recente. O ano de 2019 foi definido como marco inicial por representar o período imediatamente anterior à pandemia de Covid-19, constituindo uma referência para a compreensão das condições de escolarização e inserção dos jovens no mercado de trabalho antes da ruptura provocada pela crise sanitária. A partir de 2020, torna-se possível observar os efeitos iniciais da pandemia sobre a educação e o mercado de trabalho, considerando as medidas de isolamento social, a interrupção ou reorganização das atividades presenciais, a redução da atividade econômica e as dificuldades de inserção e permanência dos jovens no trabalho.

A inclusão dos anos de 2021 e 2022 é fundamental para acompanhar a continuidade dos impactos da pandemia e, posteriormente, o processo de retomada das atividades econômicas e educacionais. Esses anos permitem observar que os efeitos da crise não se limitaram ao momento inicial de 2020, mas produziram consequências sobre as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens ao longo dos anos seguintes. O ano de 2023, por sua vez, possibilitou ampliar a observação do processo de recuperação e verificar em que medida determinados indicadores retornaram aos padrões anteriores à pandemia ou passaram a apresentar novas configurações. Já 2024 e 2025 são incorporados ao recorte por permitirem uma aproximação mais atualizada da realidade juvenil, possibilitando analisar a permanência, redução ou aprofundamento de desigualdades relacionadas à educação, ao desemprego e à informalidade após o período mais agudo da crise sanitária.

Para a interpretação dos resultados, foram realizadas comparações percentuais e absolutas entre os períodos e os recortes territoriais selecionados. Sempre que possível, os indicadores foram desagregados segundo características sociodemográficas, como faixa etária, sexo e raça/cor, considerando que a condição juvenil não constitui uma experiência homogênea. Essa estratégia permite observar como as desigualdades sociais se distribuem entre diferentes segmentos da juventude e como determinados grupos podem estar mais expostos ao desemprego, à informalidade ou à interrupção dos estudos. Os resultados quantitativos foram posteriormente relacionados à literatura das Ciências Sociais, possibilitando interpretar os indicadores para além de sua dimensão numérica e compreender as relações entre escolarização, estrutura ocupacional, desigualdade social e trajetórias juvenis.

O recorte regional foi estabelecido de maneira hierárquica, partindo do contexto nacional para, posteriormente, concentrar a análise na Região Norte e no estado do Pará, com atenção especial à realidade de Belém. A utilização do Brasil como referência geral permite identificar as tendências mais amplas relacionadas à juventude, educação e trabalho. Em

seguida, a análise da Região Norte possibilita verificar em que medida essas tendências assumem características específicas no contexto amazônico, marcado por particularidades históricas, econômicas, territoriais e sociais que diferenciam a região de outras partes do país.

A escolha do estado do Pará como uma das principais unidades de análise decorre de sua relevância para compreender as especificidades da realidade amazônica, o estado apresenta características econômicas e sociais próprias, além de expressivas desigualdades territoriais e diferentes formas de inserção da população no mercado de trabalho. Nesse sentido, analisar os indicadores referentes ao estado permite observar como os processos nacionais relacionados à escolarização e ao trabalho juvenil se manifestam em um contexto regional específico, marcado por desigualdades no acesso às oportunidades educacionais e profissionais.

A escolha de Belém como recorte territorial mais específico está relacionada à necessidade de aproximar a análise da realidade urbana da capital paraense. Como principal centro urbano do estado, Belém concentra atividades econômicas, instituições de ensino, serviços e oportunidades ocupacionais, mas também apresenta desigualdades socioespaciais que interferem nas possibilidades de inserção profissional da população jovem. Dessa forma, o recorte em Belém permite observar como fenômenos mais amplos, identificados inicialmente em escala nacional e regional, assumem características particulares no espaço urbano paraense.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais produções acadêmicas que abordam temas relacionados à juventude, escolarização, mercado de trabalho, mobilidade social, desigualdades raciais e de gênero, bem como às especificidades da juventude amazônica.

A pesquisa documental foi realizada por meio da consulta a documentos oficiais, legislações e bases estatísticas produzidas por instituições públicas de pesquisa. Foram utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente aqueles provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Fundação Amazônia de Amparo a Estudos (FAPESPA), do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho – OPAMET/UFPA e Pesquisa pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e por relatórios voltados à análise das condições de vida da juventude brasileira.

2. JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO:

PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS SOBRE DESIGUALDADE E INSERÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Perfil demográfico da juventude brasileira

O perfil demográfico da juventude brasileira revela a importância desse segmento para a compreensão das transformações sociais, educacionais e econômicas do país. De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), são considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, grupo que representa aproximadamente um quarto da população brasileira. Entretanto, embora compartilhem uma mesma faixa etária, os jovens brasileiros vivenciam experiências profundamente distintas, marcadas por desigualdades relacionadas à classe social, raça, gênero, escolaridade e território. Dessa forma, a juventude não pode ser compreendida como um grupo homogêneo, mas como um conjunto de sujeitos inseridos em diferentes contextos sociais que condicionam suas oportunidades e perspectivas de vida.

Nas últimas décadas, a juventude brasileira passou por importantes mudanças em seu perfil educacional, o aumento da escolarização e a ampliação do acesso à educação básica e ao ensino superior contribuíram para elevar os níveis de instrução das novas gerações quando comparados aos de seus pais e avós. Conforme destacam Bordignon e Souza (2025) no trabalho “Juventudes, educação e trabalho no Brasil: perspectivas da PNAD Contínua (2023-2024)”, houve avanços significativos nos indicadores educacionais, especialmente em relação à permanência dos jovens na escola e à expansão do acesso ao ensino superior. Contudo, esses avanços ocorreram de maneira desigual entre os diferentes grupos sociais. Jovens pertencentes às famílias de maior renda continuam apresentando melhores condições de acesso e permanência nos níveis mais elevados de ensino, enquanto jovens das camadas populares enfrentam obstáculos relacionados à necessidade de conciliar estudo e trabalho, às limitações econômicas e às desigualdades territoriais.

A composição racial da juventude brasileira também evidencia a centralidade das desigualdades sociais, a maior parte dos jovens brasileiros é formada por pessoas negras, considerando-se a soma das categorias preta e parda utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de representarem a maioria da população jovem, esses grupos continuam enfrentando maiores dificuldades de acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Conforme argumenta Jessé Souza (2017) em “A Elite do Atraso” a desigualdade racial constitui um dos elementos estruturantes da sociedade brasileira, produzindo impactos diretos sobre as trajetórias escolares e ocupacionais da população negra. Como consequência, jovens negros apresentam maiores taxas de desemprego, informalidade e inserção em ocupações de baixa remuneração quando comparados aos jovens brancos.

As desigualdades de gênero também influenciam as experiências juvenis, embora as mulheres tenham alcançado importantes avanços educacionais e apresentem, em muitos casos, níveis de escolarização superiores aos dos homens, continuam enfrentando barreiras relacionadas à divisão sexual do trabalho e à desigual distribuição das oportunidades profissionais. Conforme demonstra Fabiana Costa (2025) em sua análise sobre juventude e educação profissional, homens e mulheres constroem expectativas distintas em relação à educação e ao mercado de trabalho, refletindo padrões históricos de desigualdade que permanecem presentes mesmo entre as gerações mais jovens. Dessa forma, a condição juvenil é atravessada por múltiplos marcadores sociais que influenciam as possibilidades de inserção profissional e mobilidade social.

Outro aspecto relevante do perfil demográfico da juventude brasileira refere-se à sua distribuição territorial, as experiências juvenis variam significativamente entre as diferentes regiões do país, refletindo desigualdades históricas de desenvolvimento econômico e acesso a políticas públicas. Jovens residentes nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, enfrentam desafios específicos relacionados à oferta educacional, à inserção profissional e às condições de infraestrutura urbana. No contexto amazônico, essas desigualdades assumem características particulares, uma vez que as longas distâncias geográficas, a concentração de oportunidades nos grandes centros urbanos e os elevados índices de informalidade influenciam diretamente as trajetórias juvenis.

Além disso, a juventude brasileira encontra-se inserida em um contexto marcado por profundas transformações nas relações entre escola e trabalho, se, em períodos anteriores, a conclusão dos estudos era frequentemente associada à obtenção de empregos estáveis e à ascensão social, as mudanças recentes do mercado de trabalho tornaram essa relação mais complexa. Muitos jovens permanecem por mais tempo nos sistemas educacionais, ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades para ingressar em ocupações compatíveis com sua formação. Essa realidade evidencia que a ampliação da escolarização, embora fundamental para a democratização das oportunidades, não é suficiente para eliminar as desigualdades estruturais que condicionam a inserção profissional.

Nesse sentido, o perfil demográfico da juventude brasileira revela um grupo social diverso, marcado por avanços significativos no acesso à educação, mas também por persistentes desigualdades de classe, raça, gênero e território. Compreender essas características é fundamental para analisar os processos de inserção profissional juvenil e os limites da mobilidade social em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira. A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender que as trajetórias educacionais e laborais dos jovens são resultado não apenas de escolhas individuais, mas também das

condições sociais e históricas que moldam suas oportunidades de vida.

2.2 Juventude: conceito, categorias e dimensões

Para Andreia Santos (2021), a juventude não deve ser entendida apenas como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, a autora destaca que a juventude é uma construção social que assume diferentes significados conforme o contexto histórico, cultural, econômico e político. Assim, não existe uma única juventude, mas diversas formas de ser jovem, determinadas pelas condições concretas de vida dos sujeitos, questões como classe social, gênero, raça, território e acesso à educação influenciam diretamente as experiências juvenis, tornando insuficiente qualquer definição baseada exclusivamente na idade, para ela, a juventude é marcada por processos de construção identitária, elaboração de projetos de vida e busca por reconhecimento social.

De forma semelhante, Juarez Dayrell (2003) critica as concepções que enxergam os jovens apenas como indivíduos em preparação para a vida adulta, segundo ele, os jovens devem ser reconhecidos como sujeitos sociais que produzem cultura, constroem significados e atuam ativamente na sociedade. A juventude não é apenas um "vir a ser", mas uma condição vivida no presente. Dayrell (2003) enfatiza que os jovens elaboram suas experiências a partir das relações estabelecidas na família, na escola, no trabalho, nos grupos de amizade e nos espaços culturais. Dessa forma, compreender a juventude exige considerar os jovens como protagonistas de suas próprias trajetórias e não apenas como futuros adultos.

Já para Luiz Groppo (2010) reforça a ideia de que a juventude é uma categoria social historicamente produzida, o autor argumenta que as transformações sociais contemporâneas tornaram as experiências juvenis cada vez mais diversificadas, o que leva à utilização do termo "juventudes" no plural. Para ele, não existe uma experiência juvenil universal, pois as vivências dos jovens são condicionadas por diferentes fatores sociais e culturais. O conceito de "condição juvenil" é utilizado para destacar o conjunto de situações, oportunidades, desafios e expectativas que caracterizam a posição social dos jovens em determinado contexto histórico. Assim, as juventudes são compreendidas como realidades múltiplas e heterogêneas.

A partir da articulação desses autores, pode-se definir a juventude como uma categoria social e histórica marcada pela diversidade de experiências e pela construção de identidades, projetos e formas de participação social. Longe de representar apenas uma etapa biológica da vida, a juventude constitui uma experiência socialmente produzida, atravessada por desigualdades e diferenças relacionadas à classe social, raça, gênero, território e acesso a direitos. Nessa perspectiva, torna-se mais adequado falar em juventudes, reconhecendo a pluralidade de trajetórias e vivências existentes entre os jovens na sociedade contemporânea.

Uma das categorias mais evidentes no texto é a distinção entre a juventude das classes privilegiadas e a juventude das camadas populares, segundo Clarice Cassab (2010) desde o século XIX, os jovens ricos foram associados à educação formal, à preparação para a vida adulta e à continuidade dos estudos. Para eles, a juventude era concebida como um período de formação e desenvolvimento pessoal. Já para os jovens pobres, a juventude era frequentemente reduzida ou interrompida pela necessidade precoce de trabalhar.

A autora demonstra que o Estado brasileiro construiu historicamente uma representação da juventude pobre associada ao perigo, à delinquência e à necessidade de controle social. Os jovens pobres eram frequentemente encaminhados para instituições disciplinares, arsenais militares e programas de aprendizagem profissional que tinham não apenas a função de ensinar um ofício, mas também de disciplinar comportamentos considerados desviantes. Dessa forma, a juventude pobre foi historicamente criminalizada e tratada como uma ameaça potencial à ordem social.

Outra categoria identificada por Cassab (2010) é a juventude entendida como problema social, a partir do século XIX e durante boa parte do século XX, os jovens passaram a ser vistos pelo Estado como indivíduos propensos à indisciplina, à criminalidade e à desordem moral. Essa visão fundamentou políticas de vigilância, repressão e tutela direcionadas principalmente aos jovens pobres, os diversos códigos legais brasileiros, especialmente os Códigos de Menores de 1927 e 1979, expressam essa concepção ao associar juventude, pobreza e perigo social. Essa representação permanece presente na sociedade contemporânea, sobretudo quando jovens pobres e negros são frequentemente vinculados pela mídia e pelo senso comum à violência urbana.

A partir das décadas de 1960 e 1970 surge outra importante categoria: a juventude como sujeito político e agente de transformação social. Influenciada pelos movimentos estudantis, pelas mobilizações contra a ditadura militar e pelos acontecimentos de 1968, a sociologia brasileira passou a interpretar os jovens como protagonistas de mudanças sociais profundas. Nessa perspectiva, a juventude era vista como uma força revolucionária capaz de questionar estruturas políticas, econômicas e culturais. (Cassab, 2010).

Nos anos 1980 e 1990, ocorre uma mudança significativa nas interpretações sociológicas, a atenção deixa de estar centrada exclusivamente na participação política institucional e passa a valorizar as formas de sociabilidade, cultura e lazer produzidas pelos jovens. Sob esse viés, surgem estudos sobre grupos juvenis, culturas urbanas, música, consumo, identidade e manifestações culturais, então a juventude passa a ser entendida como produtora de sentidos, estilos de vida e formas próprias de participação social.

A principal conclusão de Cassab (2010) é que não existe uma única juventude, mas

múltiplas juventudes, as experiências juvenis são atravessadas por fatores como classe social, raça, gênero, religião, escolaridade, território e condições de acesso aos direitos sociais. Por isso, a autora defende que é mais adequado falar em juventudes, essa definição implica considerar não apenas a idade dos indivíduos, mas também suas condições de vida, oportunidades educacionais, inserção no trabalho, formas de participação social, relações de gênero e pertencimento racial. no plural, reconhecendo a diversidade das trajetórias vividas pelos jovens brasileiros.

2.3 Transição escola-trabalho

A transição entre a escola e o mercado de trabalho constitui uma das dimensões centrais da experiência juvenil contemporânea, tradicionalmente, esse processo era compreendido como uma passagem relativamente linear, na qual o jovem concluía sua formação escolar, ingressava em uma ocupação estável e, gradualmente, alcançava autonomia econômica e inserção social. Entretanto, as transformações ocorridas nas últimas décadas não são homogêneas, tanto nos sistemas educacionais quanto no mundo do trabalho tornaram essa transição mais longa, complexa e marcada por incertezas, além de variáveis presentes nas trajetórias.

Segundo Dayrell (2003), a juventude deve ser compreendida como uma condição social vivida no presente, na qual os jovens constroem projetos de vida, identidades e expectativas a partir das experiências desenvolvidas em diferentes espaços de socialização, entre eles a família, a escola e o trabalho. Nessa perspectiva, a inserção profissional não representa apenas uma necessidade econômica, mas também um elemento fundamental na construção da autonomia, do reconhecimento social e da identidade juvenil. O ingresso no mercado de trabalho constitui um marco importante na passagem para a vida adulta, embora esse processo ocorra de formas distintas entre os diferentes grupos sociais.

Nessa conjuntura, a transição escola-trabalho deixou de ser um percurso único e previsível, onde muitos jovens alternam períodos de estudo, trabalho formal, trabalho informal, desemprego e qualificação profissional ao longo de suas trajetórias. Em vez de uma passagem linear da escola para o emprego, observa-se a construção de percursos fragmentados, caracterizados por sucessivas entradas e saídas do mercado de trabalho. Essa realidade é particularmente visível entre os jovens pertencentes às camadas populares, que frequentemente enfrentam dificuldades para conciliar as exigências da escolarização com a necessidade de obtenção de renda.

A pesquisa desenvolvida por Comin e Barbosa (2011) contribui significativamente para compreender essas mudanças, os autores demonstram que a relação entre educação e trabalho

tornou-se mais dinâmica e menos previsível do que em períodos anteriores. Muitos indivíduos não ingressam no mercado de trabalho apenas após a conclusão dos estudos; ao contrário, retornam à escola depois de já estarem inseridos em atividades laborais. Surge, assim, a figura do trabalhador-estudante, cuja trajetória é marcada pela tentativa de ampliar suas qualificações educacionais ao mesmo tempo em que permanece economicamente ativo. Esse fenômeno evidencia que os processos de escolarização e inserção profissional passaram a ocorrer de maneira simultânea para uma parcela significativa da população jovem.

As Transformações recentes do mercado de trabalho também contribuíram para redefinir os sentidos atribuídos à transição escola-trabalho. Segundo Antunes (2020), a expansão das formas flexíveis de contratação, das ocupações temporárias e do trabalho mediado por plataformas digitais ampliou a insegurança ocupacional e reduziu a previsibilidade das trajetórias profissionais. Como consequência, muitos jovens encontram dificuldades para construir projetos de vida baseados na estabilidade econômica e profissional, situação que afeta diretamente suas expectativas em relação ao futuro.

Dessa forma, a transição entre escola e trabalho deve ser compreendida como um processo social complexo, atravessado por desigualdades estruturais e pelas transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Mais do que uma simples passagem entre duas etapas da vida, trata-se de um percurso marcado por negociações, obstáculos e estratégias construídas pelos jovens para enfrentar as incertezas presentes na sociedade contemporânea.

2.4 Escolarização e mercado de trabalho

A relação entre escolarização e mercado de trabalho ocupa posição central nos debates sobre desigualdade social, mobilidade social e oportunidades de inserção profissional, durante grande parte do século XX, consolidou-se a ideia de que a ampliação dos níveis de escolaridade permitiria aos indivíduos alcançar melhores condições de vida, acessar ocupações mais qualificadas e obter rendimentos superiores. A educação passou a ser concebida como um dos principais mecanismos de ascensão social e de redução das desigualdades. Contudo, as transformações recentes ocorridas tanto no campo educacional quanto no mercado de trabalho têm produzido novos questionamentos acerca dos limites e das possibilidades dessa relação.

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou importantes avanços educacionais. A expansão da educação básica, o crescimento das matrículas no ensino superior e a implementação de políticas de democratização do acesso à universidade ampliaram significativamente as oportunidades de escolarização para diferentes segmentos da população. Segundo Comin e Barbosa (2011), a universidade brasileira deixou de ser um espaço

frequentado exclusivamente pelas elites econômicas e passou a incorporar trabalhadores, estudantes das camadas populares e grupos historicamente excluídos da educação superior. Esse processo fortaleceu a expectativa de que a obtenção de diplomas e qualificações formais poderia ampliar as possibilidades de inserção profissional e mobilidade social.

Entretanto, a relação entre escolarização e trabalho não ocorre de forma automática. Conforme argumenta Jessé Souza (2017), as oportunidades educacionais são fortemente influenciadas pelas desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. A posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social influencia diretamente suas condições de acesso à educação de qualidade, à permanência nos sistemas de ensino e às oportunidades de transformar a formação escolar em vantagens ocupacionais concretas. Assim, embora a educação represente um importante recurso para a construção de trajetórias profissionais mais favoráveis, seus efeitos não podem ser analisados isoladamente das condições sociais em que os sujeitos estão inseridos.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando observada a partir da perspectiva da mobilidade social, durante décadas, acreditou-se que níveis mais elevados de escolarização garantiriam que os filhos alcançassem posições sociais superiores às de seus pais. Em certa medida, esse processo efetivamente ocorreu, sobretudo em razão da expansão educacional observada nas últimas décadas. No entanto, as mudanças recentes do mercado de trabalho têm limitado parte desse potencial de ascensão. O aumento da concorrência por vagas qualificadas, a expansão das formas precárias de ocupação e a instabilidade das relações laborais têm dificultado a conversão do capital educacional em mobilidade ocupacional efetiva.

Ao analisar o papel da educação na reprodução das desigualdades, Souza (2017) destaca que a escola desempenha função ambígua na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo em que amplia oportunidades, também pode reproduzir desigualdades já existentes quando os recursos educacionais são distribuídos de maneira desigual. Jovens provenientes de famílias com maior capital econômico e cultural tendem a apresentar vantagens ao longo de toda a trajetória escolar, o que posteriormente influencia suas possibilidades de inserção em ocupações mais valorizadas.

Além das desigualdades de classe, fatores relacionados à raça e ao gênero também influenciam a relação entre escolarização e mercado de trabalho. Conforme demonstrado por Fabiana Costa (2025), mulheres e população negra frequentemente enfrentam obstáculos adicionais para transformar a qualificação educacional em oportunidades profissionais equivalentes às dos homens brancos. Mesmo quando alcançam níveis semelhantes de escolarização, persistem diferenças relacionadas aos salários, às oportunidades de contratação, à progressão na carreira e ao acesso a posições de prestígio.

Nesse contexto, as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior adquirem importância fundamental, a implementação da Lei de Cotas e a expansão das universidades federais contribuíram para ampliar a presença de jovens negros, indígenas e oriundos das camadas populares no ensino superior. No caso da Universidade Federal do Pará, essas políticas desempenharam papel importante na democratização do acesso à educação superior na região amazônica. Contudo, permanece o desafio de compreender em que medida essa inclusão educacional tem sido acompanhada pela ampliação das oportunidades de inserção profissional qualificada.

As transformações contemporâneas do mundo do trabalho também impõem novos desafios à relação entre escolarização e emprego. Conforme argumenta Antunes (2020), a crescente flexibilização das relações laborais e a expansão das formas precárias de contratação reduziram parte das garantias historicamente associadas à obtenção de qualificações educacionais. Em consequência, muitos jovens altamente escolarizados passam a ocupar posições marcadas pela instabilidade, pela informalidade e pela insegurança econômica.

Dessa forma, a escolarização continua desempenhando papel fundamental na ampliação das oportunidades sociais e profissionais, mas sua capacidade de promover mobilidade social não pode ser compreendida de maneira isolada. A inserção profissional dos jovens depende não apenas dos níveis de escolaridade alcançados, mas também das condições estruturais do mercado de trabalho, das desigualdades sociais existentes e das políticas públicas capazes de ampliar o acesso a empregos formais, estáveis e compatíveis com a formação adquirida.

Em âmbito nacional, o contingente de jovens ocupados que não frequentavam escola ou cursos de qualificação passou de 18,2 milhões em 2019 para 19 milhões em 2025, enquanto aqueles que conciliavam trabalho e estudo aumentaram de 6,9 milhões para 7,7 milhões. Apesar desse crescimento entre os jovens que conseguem compatibilizar ambas as atividades, a diferença entre os dois grupos permanece expressiva, evidenciando que o ingresso no mercado de trabalho ainda ocorre, em grande medida, às custas da continuidade da escolarização. Além disso, a redução do número de jovens que não estudavam nem trabalhavam, de 11 milhões para 8,2 milhões, revela uma melhora relativa dos indicadores, mas não elimina as desigualdades estruturais que condicionam a inserção juvenil no mundo do trabalho.

Ao observar especificamente o estado do Pará, essa dinâmica torna-se ainda mais evidente, entre 2019 e 2025, o número de jovens ocupados que não frequentavam escola aumentou de 703 mil para 787 mil pessoas, enquanto aqueles que conciliavam ocupação e estudos passaram de 254 mil para 344 mil. Paralelamente, houve redução do contingente de

jovens que não estudavam nem trabalhavam, de 610 mil para 471 mil, indicando uma maior inserção da juventude paraense no mercado de trabalho. Entretanto, a predominância dos jovens que trabalham sem permanecer na escola demonstra que o ingresso no mercado de trabalho continua sendo marcado por trajetórias educacionais interrompidas ou abreviadas. Essa realidade ganha maior relevância quando se observa que a maior parte desses jovens pertence ao grupo de pretos e pardos, evidenciando a permanência das desigualdades raciais na relação entre educação e trabalho. No Pará, em 2025, dos 787 mil jovens ocupados que não estudavam, 644 mil eram pretos ou pardos, enquanto apenas 139 mil eram brancos, revelando que as barreiras de acesso e permanência na educação recaem de maneira desproporcional sobre a juventude negra.

Quadro comparativo 1 - Pessoas de 15 a 29 anos de idade, por cor e situação de ocupação e condições de estudo no Pará (2019 e 2025)

Ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional no ano de 2019		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
254 mil	18,11%	80,31%
Ocupadas e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional 2019		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
703 mil	16,93%	81,79%
Ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional no ano de 2025		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
344 mil	16,28%	82,85%
Ocupadas e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional 2025		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
787 mil	17,66%	81,83%
Não ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional 2019		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
683 mil	17,13%	81,84%
Não ocupadas e frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal		

(magistério) ou qualificação profissional 2025		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
669 mil	20,93%	78,62%
Não ocupadas e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional 2019		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
610 mil	12,62%	86,23%
Não ocupadas e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional 2025		
Total	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas
471 mil	16,99%	83,01%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua, elaboração própria.

Esses resultados corroboram a literatura que compreende a escolarização como um processo profundamente condicionado pelas desigualdades sociais e pelas transformações contemporâneas do trabalho. Conforme argumenta Ricardo Antunes (2020), a expansão de formas flexíveis e precárias de ocupação tem ampliado a necessidade de inserção precoce dos jovens no mercado, muitas vezes em atividades informais e de baixa remuneração, dificultando a continuidade dos estudos. Da mesma forma, Jessé Souza (2017) demonstra que a reprodução das desigualdades brasileiras ocorre justamente pela distribuição desigual do capital econômico, cultural e educacional, fazendo com que os jovens das camadas populares — especialmente negros e pardos — encontrem maiores obstáculos para converter a escolarização em melhores oportunidades de trabalho.

2.5 Juventude paraense: Educação, Informalidade e transformações na organização de trabalho

Um dos aspectos centrais das transformações recentes do capitalismo consiste na reorganização das formas de utilização da força de trabalho, a partir da crise estrutural do capital e da consolidação da acumulação flexível, observam-se mudanças profundas na organização produtiva, caracterizadas pela flexibilização dos contratos, expansão da terceirização, intensificação da subcontratação, crescimento do trabalho por conta própria e

fortalecimento das plataformas digitais. Essas mudanças não representam apenas inovações tecnológicas, mas constituem mecanismos de reorganização da exploração do trabalho, deslocando parte significativa dos riscos econômicos para os próprios trabalhadores. Quando esse debate é deslocado para o estado do Pará, percebe-se que as transformações do mundo do trabalho encontram um cenário historicamente marcado por profundas desigualdades sociais. As pesquisas sobre educação no estado demonstram que a origem social continua sendo um dos principais determinantes das oportunidades educacionais. As diferenças entre estudantes das redes pública e privada refletem desigualdades relacionadas à renda familiar, escolaridade dos pais e ocupações exercidas pelas famílias, produzindo trajetórias educacionais profundamente desiguais.

Segundo Vergas Silva e Gustavo Ribeiro (2024) a desigualdade educacional no Pará repercute diretamente sobre a inserção da juventude no mercado de trabalho. Jovens provenientes das camadas populares tendem a concluir a escolarização em condições menos favoráveis, enfrentando maiores dificuldades para acessar ocupações formais e melhor remuneradas. Dessa forma, educação e trabalho constituem dimensões articuladas da reprodução das desigualdades sociais, uma vez que o acesso desigual ao capital escolar limita as possibilidades de mobilidade ocupacional.

O estudo sobre as redes de ensino paraenses dos autores citados acima, evidencia que o sistema educacional reproduz diferenças já existentes na estrutura social. Ao analisar dados do ENEM, os autores demonstram que estudantes das escolas privadas concentram famílias com maiores rendimentos, pais com níveis mais elevados de escolaridade e ocupações socialmente valorizadas, enquanto os estudantes da rede pública apresentam condições socioeconômicas significativamente mais vulneráveis. Essas disparidades revelam que o acesso à educação de qualidade permanece profundamente condicionado pela posição ocupada pelas famílias na estrutura de classes, produzindo oportunidades desiguais desde a educação básica.

Essa discussão aproxima-se das contribuições de Pierre Bourdieu, para quem a escola, embora apresente um discurso de igualdade de oportunidades, tende a reproduzir as desigualdades sociais por meio da valorização diferenciada dos capitais econômico, cultural e social. Jovens provenientes das camadas populares chegam ao sistema escolar com menores volumes desses capitais, enfrentando dificuldades que não decorrem de capacidades individuais, mas das condições materiais e simbólicas de sua formação social. Dessa maneira, o desempenho escolar passa a refletir diferenças de origem, contribuindo para legitimar desigualdades que são, na realidade, produzidas historicamente.

No contexto paraense, essa dinâmica possui implicações diretas sobre a inserção no

mercado de trabalho a juventude oriunda das classes populares frequentemente necessita ingressar precocemente em atividades remuneradas para complementar a renda familiar, interrompendo ou conciliando de forma precária sua trajetória escolar. Como consequência, muitos jovens entram no mercado de trabalho antes de concluir sua formação educacional, direcionando-se para ocupações de baixa qualificação, reduzida remuneração e elevada informalidade. Assim, a desigualdade educacional converte-se em desigualdade ocupacional, reforçando o ciclo de reprodução das condições sociais de origem.

No Pará, essa contradição assume características particulares, pois embora o estado concentre aproximadamente 3,8 milhões de pessoas ocupadas e possua o maior contingente de trabalhadores da Região Norte, sua estrutura produtiva permanece fortemente concentrada em setores intensivos em mão de obra de baixa qualificação, como comércio, serviços, agricultura e atividades extrativas. Essa configuração limita a oferta de empregos formais compatíveis com o crescimento da escolarização da população jovem.

Ao mesmo tempo, os dados da FAPESPA indicam mudanças importantes na composição da força de trabalho paraense. Embora exista crescimento relativo do emprego formal em determinados segmentos, permanece elevada a participação do trabalho por conta própria e de formas flexíveis de ocupação, revelando que parcela expressiva dos trabalhadores continua inserida em relações laborais marcadas pela instabilidade e pela ausência de proteção social.

Para os jovens, esse cenário produz efeitos ainda mais intensos, a exigência crescente de experiência profissional, aliada à baixa disponibilidade de postos formais para trabalhadores iniciantes, faz com que a entrada no mercado ocorra predominantemente por meio da informalidade. Muitos jovens passam a desenvolver atividades como vendedores ambulantes, prestadores de serviços, trabalhadores familiares, mototaxistas, entregadores por aplicativos ou pequenos empreendedores individuais, ocupações frequentemente caracterizadas por jornadas extensas, rendimentos instáveis e ausência de direitos trabalhistas.

Essa realidade é reforçada pelas pesquisas realizadas em Belém sobre o trabalho laboral, o avanço das plataformas digitais introduziu novas formas de gestão da força de trabalho baseadas em algoritmos, remuneração variável e ausência de vínculos empregatícios. Embora frequentemente apresentadas como oportunidades de empreendedorismo, essas modalidades intensificam a exploração do trabalho ao transferir integralmente ao trabalhador os riscos econômicos, os custos operacionais e a responsabilidade pela proteção social.

Sob essa perspectiva, a escolarização deixa de constituir garantia de inserção ocupacional estável, jovens com ensino médio completo ou mesmo com formação superior passam a disputar ocupações caracterizadas pela baixa proteção trabalhista, revelando um

descompasso entre a expansão do sistema educacional e a capacidade do mercado de trabalho de absorver mão de obra qualificada.

Os indicadores educacionais da juventude paraense evidenciam avanços importantes no acesso à escolarização e à formação profissional nos últimos anos, ao mesmo tempo em que revelam desafios persistentes relacionados à permanência dos jovens no sistema educacional. Como demonstra a tabela 1, sintetizando a evolução de indicadores estratégicos entre 2019 e 2023, permitindo observar o crescimento das matrículas na educação profissional¹ e no ensino superior, bem como o aumento da taxa líquida de matrícula entre adolescentes de 15 a 17 anos. Entretanto, os dados também demonstram a redução da permanência de jovens entre 18 e 24 anos no ensino médio, indicando que parte desse público já se encontra inserida em outras modalidades de ensino.

Tabela 1 - Indicadores sobre a juventude paraense na Educação (2019 - 2023)

Indicador	2019	2023
Taxa líquida de matrícula no ensino médio (15 a 17 anos)	45,5%	48,6%
Taxa líquida de matrícula no ensino médio (18 a 24 anos)	9,5%	5,9%
Matrículas na educação profissional	46.817	65.765
Jovens (15 a 17 anos) matriculados na educação profissional	11.088	15.981
Jovens (18 a 24 anos) matriculados na educação profissional	20.253	23.541
Taxa líquida de Matrículas no ensino superior (18 a 29 anos)	9,9%	11,6%
Jovens (18 a 29 anos) matriculados no ensino superior	184.985	217.532

Fonte: FAPESPA (2025) com base no INEP. Elaboração própria

Além disso, podemos ressaltar o rendimento escolar como importante instrumento para avaliar a capacidade do sistema educacional em garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão da educação básica. Conforme demonstrado na Tabela 2, o ensino médio paraense apresentou elevados índices de aprovação em 2023, acompanhados por baixas taxas de reprovação e abandono escolar, e embora esses resultados representem avanços em

¹ Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação profissional está voltada para quem deseja alinhar os estudos com a expectativa de se tornar um profissional da área, ela conecta o aprendizado com a prática, visando a ocupação profissional do mercado local.

relação à permanência dos estudantes, sua interpretação deve ser realizada com cautela, considerando que indicadores quantitativos não expressam, isoladamente, a qualidade do processo educativo nem as desigualdades existentes entre diferentes regiões, escolas e grupos sociais. Assim, a elevada taxa de aprovação deve ser compreendida em conjunto com indicadores de aprendizagem, acesso à educação profissional² e continuidade dos estudos, permitindo uma análise mais abrangente das trajetórias educacionais da juventude paraense.

Tabela 2 - Indicadores de rendimento educacional no Pará (2023)

INDICADOR	PERCENTUAL
Taxa de aprovação	98,7%
Taxa de reprovação	0,9%
Taxa de abandono	0,4%

Fonte: FAPESPA (2025), a partir das taxas de rendimento escolar do Inep. Elaboração própria

Belém concentra aproximadamente um terço das matrículas de jovens no ensino superior em todo o estado, consolidando-se como o principal centro universitário da Amazônia paraense. Municípios como Santarém, Marabá, Ananindeua e Castanhal também apresentam participação³ expressiva, refletindo a expansão das universidades públicas e privadas para outras regiões do estado. Apesar desse avanço, observa-se que a concentração das instituições de ensino superior nas maiores cidades ainda produz desigualdades de acesso para jovens residentes em municípios menores, especialmente aqueles localizados em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos. Dessa forma, a expansão territorial da educação superior permanece como um desafio estratégico para a democratização das oportunidades educacionais no Pará.

Tabela 3 - Municípios paraenses com maior número de jovens matriculados no ensino superior (2023)

Município	Matrículas	Participação estadual
Belém	72.699	33,4%
Santarém	15.308	7,0%
Marabá	12.590	5,8%

² O mesmo estudo, mostra que a capital, Belém, possui o maior número de jovens matriculados na educação profissional, com cerca de mais de dez mil alunos de 15 a 24 anos.

³ A participação estadual significa que 33,4% de todos os jovens matriculados no ensino superior no estado do Pará estudam em Belém. Ou seja, aproximadamente um em cada três estudantes universitários jovens do estado está matriculado em uma instituição localizada na capital.

Ananindeua	12.427	5,7%
Castanhal	11.391	5,2%

Fonte: FAPESPA. Elaboração própria.

Os dados demonstram crescimento das matrículas, melhoria dos indicadores de permanência escolar e fortalecimento da formação de jovens em instituições de ensino, sinalizando esforços voltados à democratização das oportunidades educacionais. Entretanto, esses avanços não se distribuem de maneira homogênea pelo território paraense, a concentração de grande parte das matrículas no ensino superior em Belém evidencia o papel estratégico da capital como principal polo educacional do estado, ao mesmo tempo em que revela a persistência de desigualdades territoriais no acesso à educação. Tal cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a interiorização da oferta educacional, reduzindo as disparidades regionais e ampliando as possibilidades de formação para jovens residentes em municípios mais distantes dos grandes centros urbanos.

3. ENTRE A EXPANSÃO EDUCACIONAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS SOBRE A JUVENTUDE PARAENSE

3.1 Panorama da informalidade: percentual por região

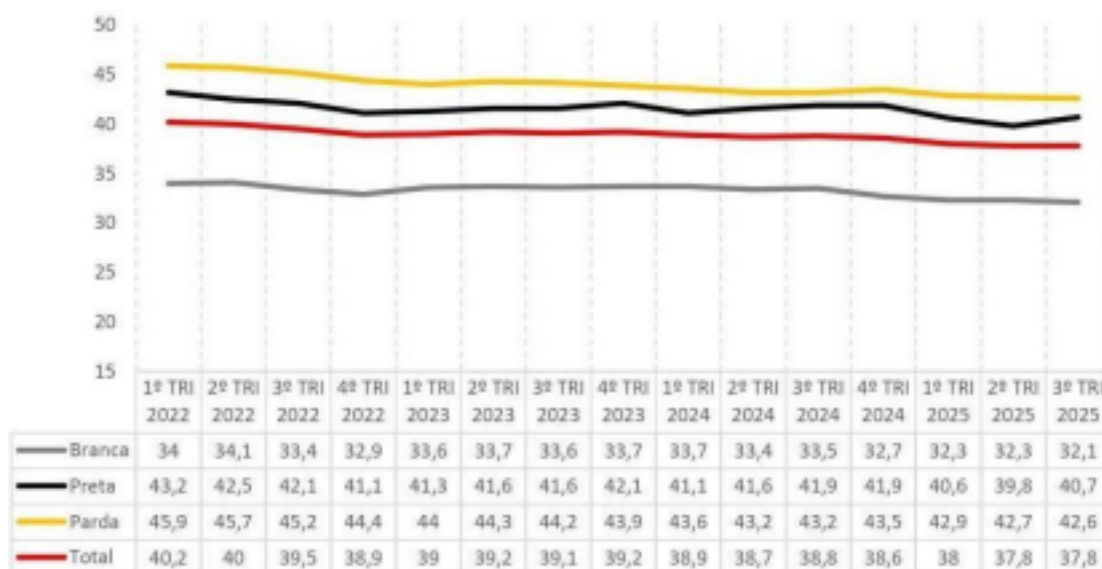
A análise da inserção da juventude brasileira no mercado de trabalho revela que a informalidade continua sendo uma das principais características das ocupações desempenhadas por esse segmento populacional. Embora o acesso à educação tenha se ampliado nas últimas décadas, as oportunidades de inserção profissional permanecem marcadas por desigualdades estruturais que afetam de maneira diferenciada os jovens conforme sua região de residência, condição socioeconômica, raça e gênero. Diante dessa realidade, a informalidade constitui um importante indicador para compreender as dificuldades enfrentadas pela juventude na transição entre escola e trabalho e na consolidação de trajetórias ocupacionais estáveis.

O Gráfico 1, que apresenta a taxa de informalidade no Brasil por cor ou raça entre o primeiro trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2025, revela que as pessoas pardas e pretas permanecem sistematicamente mais inseridas em ocupações informais do que as pessoas brancas, durante todo o período analisado, a taxa de informalidade entre os trabalhadores pardos oscila entre aproximadamente 42% e 46%, enquanto entre os trabalhadores pretos varia entre 40% e 43%. Em contraste, a população branca apresenta os menores índices de informalidade, mantendo-se entre 32% e 34%, o indicador total do país

permanece próximo de 38%, demonstrando relativa estabilidade ao longo da série. Esses resultados evidenciam que, embora tenha ocorrido uma pequena redução da informalidade após o período mais crítico da pandemia, as desigualdades raciais permanecem praticamente inalteradas, indicando que a recuperação do mercado de trabalho ocorreu de maneira desigual entre os diferentes grupos populacionais.

A persistência dessas diferenças confirma que a informalidade não pode ser compreendida apenas como consequência das dinâmicas econômicas conjunturais, mas como expressão das desigualdades estruturais presentes no mercado de trabalho brasileiro. Dessa forma, a cor ou raça continua sendo um importante determinante das oportunidades ocupacionais no Brasil.

Gráfico 1 – Taxa de Informalidade no Brasil por cor ou raça, 1º tri. de 202 ao 2º tri. de 2025 (em %)



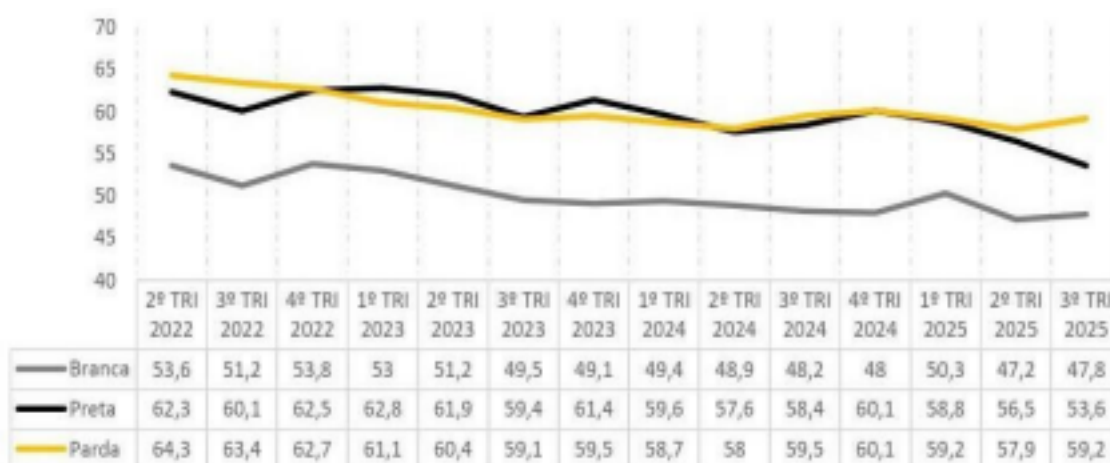
Fonte: IBGE – PNAD Contínua Trimestral. Elaboração, OPAMET/UFPA (Trindade, 2025 p. 22)

Quando a análise se desloca para o estado do Pará, os dados do Gráfico 2 evidenciam um cenário ainda mais preocupante, no segundo trimestre de 2022 e o terceiro trimestre de 2025, observa-se que os trabalhadores pardos apresentam taxas de informalidade variando entre aproximadamente 58% e 64%, enquanto entre os trabalhadores pretos os índices oscilam entre 53% e 63%. Em ambos os casos, os percentuais permanecem muito acima da média nacional observada no gráfico anterior, mesmo a população branca, que registra os menores níveis de informalidade no estado, apresenta taxas entre 47% e 54%, valores superiores aos observados para trabalhadores pretos e pardos em diversas regiões do país. Isso demonstra que a elevada informalidade constitui uma característica estrutural do mercado de trabalho paraense.

Outro aspecto importante é que, embora os três grupos raciais apresentem tendência de

redução da informalidade ao longo da série, essa diminuição ocorre de forma lenta e insuficiente para alterar significativamente o quadro de desigualdade. No terceiro trimestre de 2025, por exemplo, a taxa de informalidade entre trabalhadores pretos permanece em 53,6%, entre pardos alcança 59,2%, enquanto entre brancos registra 47,8%. A permanência de diferenças superiores a dez pontos percentuais entre brancos e pardos demonstra que as desigualdades raciais continuam reproduzindo diferentes possibilidades de acesso ao trabalho formal, mesmo diante da recuperação gradual do mercado de trabalho.

Gráfico 2 – Taxa de Informalidade no Estado do Pará por cor ou raça, 1º tri. de 202 ao 2º tri. de 2025 (em %)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua Trimestral. Elaboração, OPAMET/UFPA (Trindade, 2025 p. 23)

A comparação entre Brasil e Pará permite concluir que o estado reproduz as desigualdades raciais verificadas nacionalmente, porém em intensidade muito maior, enquanto a média brasileira de informalidade situa-se próxima de 38%, no Pará praticamente todos os grupos raciais apresentam índices superiores a 47%, alcançando mais de 59% entre os trabalhadores pardos. Esses resultados evidenciam que a informalidade no estado está associada não apenas às transformações recentes do mercado de trabalho, mas também às especificidades históricas da economia amazônica, caracterizada pela forte presença de atividades de baixa produtividade, ocupações sem proteção social e reduzida capacidade de absorção de mão de obra em empregos formais.

Esses dados reforçam a discussão desenvolvida ao longo deste trabalho acerca da inserção da juventude paraense no mercado de trabalho, considerando que a população jovem é majoritariamente negra no estado, a elevada incidência da informalidade entre trabalhadores pretos e pardos indica que grande parte dos jovens inicia sua trajetória laboral em ocupações marcadas pela ausência de direitos trabalhistas, baixos rendimentos e elevada instabilidade. Assim, as desigualdades raciais observadas nos gráficos não representam apenas diferenças

estatísticas, mas expressam processos históricos de exclusão que condicionam as trajetórias ocupacionais da juventude paraense e limitam suas possibilidades de mobilidade social, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, ampliação do emprego formal e inclusão produtiva da população jovem.

Dessa forma, a expansão da escolarização convive com um processo de intensificação da precarização do trabalho, revelando que o aumento da ocupação observado entre 2019 e 2025 não significou melhoria substantiva nas condições de inserção laboral da juventude. Tal cenário evidencia que, no Pará, a informalidade permanece como um elemento estrutural do mercado de trabalho e constitui um dos principais obstáculos para a construção de trajetórias profissionais mais estáveis e menos desiguais entre os jovens. A compreensão das relações entre escolarização e inserção da juventude no mercado de trabalho exige considerar não apenas os indicadores de ocupação, mas também a capacidade dos jovens de conciliar trabalho e educação.

Conforme discutem Andrade da Silva e Ribeiro (2024) as desigualdades educacionais no Pará são resultado de um processo histórico das desigualdades sociais, no qual a origem socioeconômica das famílias influencia diretamente as oportunidades de permanência na escola, e consequentemente, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a análise da situação dos jovens paraenses permite compreender como essas diferenças desiguais na educação se articulam às transformações do mundo do trabalho, produzindo trajetórias marcadas pela interrupção dos estudos, pela inserção precoce em ocupações de baixa qualificação e pela permanência em condições de vulnerabilidade.

A Tabela 4 evidencia que a inserção da juventude brasileira no mercado de trabalho está diretamente relacionada à permanência na educação e apresenta diferenças importantes entre homens e mulheres. Observa-se que 40,8% dos jovens estão ocupados e não frequentam escola ou cursos, sendo esse percentual maior entre os homens (48,7%) do que entre as mulheres (32,7%). Em contrapartida, apenas 16,6% conseguem conciliar trabalho e estudo, indicando que a combinação entre escolarização e ocupação ainda representa um desafio para grande parte da população jovem.

Também se destaca que 25% dos jovens não estão ocupados, mas continuam estudando, percentual ligeiramente superior entre as mulheres (27%) em relação aos homens (23%), sugerindo maior permanência feminina na educação. Por outro lado, 17,5% dos jovens não estudam nem trabalham, condição que atinge principalmente as mulheres (22,8%), evidenciando que as desigualdades de gênero influenciam as trajetórias juvenis e dificultam o acesso simultâneo à educação e ao mercado de trabalho.

Tabela 4 - Pessoas de 15 a 29 anos de idade, por situação de ocupação e condições de

estudo e gênero no Brasil (2025)			
Situação de ocupação e condição de estudo	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Ocupadas e frequentando escola, cursos ou qualificação profissional	16,6%	15,9%	17,4%
Ocupadas e não frequentando escola ou cursos	40,8%	48,7%	32,7%
Não ocupadas e frequentando escola ou cursos	25%	23%	27%
Não ocupadas e não frequentando escola ou cursos	17,5%	12,4%	22,8%

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Elaboração própria.

A partir dos dados da PNAD Contínua de 2025, a tabela 5 mostra a distribuição da população de 15 a 29 anos no estado do Pará, segundo a situação de ocupação, frequência escolar e gênero. Observa-se que apenas 15,1% dos jovens entre 15 e 29 anos conseguem conciliar ocupação e estudos, percentual que demonstra a dificuldade de compatibilizar a permanência na escola com a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Em contrapartida, 34,7% encontram-se ocupados, porém afastados das instituições de ensino, revelando que uma parcela significativa da juventude ingressa precocemente no mercado de trabalho em detrimento da continuidade da formação escolar.

Tabela 5 - Pessoas de 15 a 29 anos de idade, por situação de ocupação e condições de estudo e gênero no Pará (2025)

Situação de ocupação e condição de estudo	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)

Ocupadas e frequentando escola, cursos ou qualificação profissional	15,1	15,2	15,1
Ocupadas e não frequentando escola ou cursos	34,7	46,3	22,9
Não ocupadas e frequentando escola ou cursos	29,4	26,0	33,0
Não ocupadas e não frequentando escola ou cursos	20,8	12,6	29,1

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Elaboração própria.

A distribuição por sexo revela desigualdades ainda mais expressivas, entre os homens, 46,3% estão ocupados e fora da escola, percentual praticamente duas vezes superior ao observado entre as mulheres (22,9%). Em contrapartida, as mulheres apresentam maior presença entre aquelas que permanecem estudando sem exercer atividade remunerada (33,0%, frente a 26,0% dos homens), mas também concentram o maior percentual de jovens que não estudam e não estão ocupadas (29,1%, contra 12,6% dos homens). Esses resultados sugerem que a inserção juvenil é profundamente atravessada pelas desigualdades de gênero, pois enquanto os homens tendem a ingressar mais cedo no mercado de trabalho — frequentemente em ocupações informais e de baixa remuneração —, as mulheres enfrentam maiores obstáculos para acessar tanto o emprego quanto a permanência educacional, realidade frequentemente associada às responsabilidades domésticas, ao cuidado familiar e às desigualdades estruturais que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro.

3.2 Juventude e precarização: desigualdades persistentes

A precarização do trabalho constitui um dos fenômenos mais significativos para compreender a condição juvenil na contemporaneidade, as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas alteraram profundamente as formas de inserção profissional, ampliando a instabilidade ocupacional e reduzindo a capacidade de o emprego atuar como mecanismo de proteção social e mobilidade econômica. Portanto, os jovens figuram entre os grupos mais afetados pelas mudanças associadas à flexibilização das relações laborais, à expansão da informalidade e ao crescimento das ocupações mediadas por plataformas digitais. Conforme argumenta Antunes (2020), a reestruturação produtiva promovida pelo avanço do

neoliberalismo intensificou formas flexíveis de contratação e ampliou processos de precarização que atingem especialmente os trabalhadores mais jovens. A promessa de autonomia frequentemente associada às novas modalidades de trabalho oculta relações marcadas pela instabilidade da renda, ausência de direitos trabalhistas e transferência dos riscos econômicos para os próprios trabalhadores. Essa dinâmica tem contribuído para redefinir as experiências de inserção profissional da juventude brasileira.

Os dados analisados confirmam essa tendência, mesmo diante do aumento dos níveis de escolarização observados nas últimas décadas, parcela significativa dos jovens continua inserida em ocupações informais, temporárias ou de baixa proteção social. Essa realidade desafia a expectativa historicamente construída de que a educação, por si só, seria capaz de garantir melhores condições de trabalho e ascensão social. Como destacam Bordignon e Souza (2025), os avanços educacionais não eliminaram os efeitos das desigualdades estruturais relacionadas à renda, ao território e à origem social.

A precarização também evidencia os limites contemporâneos da mobilidade social durante grande parte do século XX, a ampliação da escolarização esteve associada à possibilidade de obtenção de empregos mais qualificados e rendimentos superiores aos das gerações anteriores. Contudo, a expansão do ensino superior e das políticas de democratização do acesso à universidade ocorreu simultaneamente ao crescimento de formas precárias de inserção profissional. Como consequência, muitos jovens altamente escolarizados enfrentam dificuldades para acessar ocupações compatíveis com sua formação acadêmica.

A situação torna-se ainda mais complexa quando observadas as desigualdades raciais e de gênero, jovens negros e jovens mulheres continuam ocupando posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, apresentando maiores taxas de desemprego, informalidade e rendimentos inferiores. Essas desigualdades não resultam apenas das condições atuais do mercado de trabalho, mas refletem processos históricos de exclusão social que condicionam o acesso à educação, à qualificação profissional e às redes de oportunidades.

No contexto amazônico, tais desigualdades assumem características próprias, a concentração de oportunidades econômicas em poucos centros urbanos, as dificuldades de mobilidade territorial e a elevada incidência de atividades informais produzem condições específicas para a juventude da região. Embora Belém concentre instituições educacionais, serviços e oportunidades de trabalho, muitos jovens continuam enfrentando obstáculos para transformar a escolarização em inserção profissional qualificada. A coexistência entre expansão educacional e persistência da informalidade evidencia uma das principais contradições do desenvolvimento regional contemporâneo.

A análise dos dados da FAPESPA reforça ainda a importância da juventude para o

futuro econômico e social do país, atualmente, cerca de um quarto da população brasileira encontra-se na faixa etária considerada jovem, configurando uma janela demográfica que pode favorecer o desenvolvimento econômico e social caso sejam ampliadas as oportunidades de educação, trabalho decente e inclusão produtiva. Entretanto, a permanência de elevados níveis de informalidade e precarização indica que esse potencial permanece parcialmente limitado pelas desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira.

Entre 2019 e 2023, houve crescimento da população jovem ocupada no estado do Pará, acompanhado por redução do contingente de jovens sem ocupação. Esses resultados sugerem uma recuperação gradual do mercado de trabalho após os impactos provocados pela pandemia da COVID-19. Contudo, mesmo diante dessa melhora, o elevado número de jovens ainda afastados da ocupação evidencia a persistência de desafios relacionados ao desemprego, à informalidade e à inserção produtiva. Tais aspectos indicam que a criação de oportunidades de trabalho qualificado deve permanecer como prioridade das políticas públicas voltadas à juventude, especialmente quando articulada à ampliação da escolarização e da qualificação profissional.

Tabela 6 - Principais indicadores da juventude paraense no mercado de trabalho (2019–2023)

Indicador	2019	2023
População jovem (15 a 29 anos)	2.325.000 (100%)	2.358.000 (100%)
Jovens ocupados	42,88%	47,75%
Jovens sem ocupação	57,12%	52,25%

Fonte: FAPESPA, com base na PNADC. Elaboração Própria

Conforme demonstrado na Tabela 6, entre 2019 e 2023 o Pará registrou aumento do número de jovens ocupados e redução do contingente daqueles que se encontravam sem ocupação, indicando uma recuperação gradual do mercado de trabalho após os impactos provocados pela pandemia da COVID-19. Apesar desse avanço, os dados revelam que mais de um milhão de jovens permaneciam fora de uma ocupação em 2023, evidenciando que a inserção produtiva ainda ocorre de forma desigual e insuficiente para atender às demandas dessa parcela da população

Dessa forma, as nuances do trabalho juvenil não devem ser compreendidas como um fenômeno isolado ou conjuntural, mas como expressão de processos mais amplos de desigualdade social. As trajetórias dos jovens continuam sendo profundamente influenciadas pela posição ocupada na estrutura social, pelas oportunidades educacionais disponíveis e pelas

transformações contemporâneas do mercado de trabalho. Compreender essas dinâmicas é fundamental para a formulação de políticas públicas capazes de promover não apenas a inserção profissional da juventude, mas também condições efetivas de trabalho digno, proteção social e mobilidade social.

As contribuições de Livia Tommasi e Maria Carla Corrochano (2020), reforçam que embora tenha ocorrido uma expansão das oportunidades educacionais nas últimas décadas, o trabalho continua ocupando um lugar central nas trajetórias juvenis, seja pela necessidade de contribuir para a renda familiar, seja pela busca de autonomia, mas, essa inserção ocorre, em grande medida, em ocupações informais, precárias e marcadas pela ausência de direitos, evidenciando que a ampliação da escolaridade não foi suficiente para eliminar as desigualdades estruturais que condicionam o acesso ao trabalho digno.

Outro aspecto relevante discutido por Tommasi e Corrochano (2020) refere-se à crescente valorização do empreendedorismo como resposta às dificuldades de inserção da juventude no mercado de trabalho, elas argumentam que essa perspectiva desloca a responsabilidade pelo sucesso profissional para o próprio indivíduo, reforçando discursos de autonomia, iniciativa e responsabilização pessoal. Contudo, essa lógica tende a ocultar as determinações estruturais da precarização, uma vez que muitos jovens recorrem ao empreendedorismo por falta de alternativas de emprego formal, assumindo riscos econômicos sem acesso à proteção social e aos direitos trabalhistas.

Dessa forma, a difusão do empreendedorismo não representa necessariamente uma ampliação das oportunidades, mas expressa uma das faces das transformações contemporâneas do trabalho, marcadas pela intensificação da instabilidade e da insegurança ocupacional. O estudo corrobora a ideia de que as trajetórias juvenis permanecem profundamente condicionadas pelas desigualdades sociais, educacionais e econômicas que estruturam a sociedade brasileiras. Nessa perspectiva, compreender o trabalho juvenil exige ultrapassar análises centradas apenas na qualificação individual e reconhecer que a efetivação do trabalho digno depende da articulação entre políticas de educação, emprego, proteção social e redução das desigualdades, possibilitando à juventude condições reais de inserção profissional e de mobilidade social.

3.3 Pós pandemia e desafios não ultrapassados

A pandemia aprofundou vulnerabilidades que já marcavam a realidade da juventude brasileira e paraense, o fechamento das escolas, a interrupção das atividades presenciais, as dificuldades de acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos e a redução da renda familiar produziram impactos significativos sobre os processos de escolarização,

especialmente entre estudantes da rede pública. Muitos jovens passaram a conciliar os estudos com atividades laborais precárias ou, em diversos casos, abandonaram temporariamente a escola para contribuir com a renda doméstica. Embora os indicadores educacionais revelem uma retomada das matrículas e da permanência escolar no período pós-pandêmico, os efeitos dessas interrupções ainda se manifestam em defasagens de aprendizagem, dificuldades de continuidade dos estudos e aumento das desigualdades educacionais entre diferentes grupos sociais.

As dificuldades enfrentadas pela juventude paraense tornam-se ainda mais evidentes quando se observam os indicadores de informalidade. Segundo o estudo de Laryssa Oliveira Carvalho (2025), no quarto trimestre de 2024, aproximadamente 59,5% dos jovens entre 18 e 24 anos ocupados encontravam-se em atividades informais, percentual significativamente superior ao observado entre trabalhadores mais velhos. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos, a informalidade alcançava mais de 96% dos ocupados, revelando que o ingresso precoce no mercado de trabalho ocorre, predominantemente, por meio de ocupações desprovidas de proteção social e de garantias trabalhistas.

A análise integrada dos indicadores apresentados ao longo deste capítulo permite compreender que os avanços observados na educação e no mercado de trabalho coexistem com desafios estruturais que continuam marcando a realidade da juventude paraense. Conforme sintetizado no quadro comparativo abaixo, observa-se expansão das matrículas na educação profissional e no ensino superior, aumento da ocupação juvenil e melhoria dos indicadores de permanência escolar. Entretanto, permanecem obstáculos relacionados à desigualdade regional, à dificuldade de inserção produtiva, à concentração das oportunidades educacionais nos grandes centros urbanos e à permanência de jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Esses resultados reforçam que as políticas públicas destinadas à juventude devem ser concebidas de forma intersetorial, articulando educação, trabalho, assistência social e desenvolvimento regional, de modo a promover trajetórias mais equitativas e ampliar as possibilidades de inclusão social e cidadania para os jovens paraenses.

Quadro 3 - síntese dos avanços e desafios da juventude paraense nas áreas de educação e trabalho

Dimensão	Avanços observados	Desafios identificados
Ensino Médio	Aumento da taxa líquida de escolarização entre jovens de 15 a 17 anos	Evasão de jovens de 18 a 24 anos na educação básica.

Educação Profissional	Crescimento superior a 40% nas matrículas desde 2019	Desigualdades regionais entre as Regiões de Integração
Ensino Superior	Crescimento contínuo das matrículas juvenis	Concentração das vagas em grandes centros, especialmente Belém
Trabalho	Crescimento de 12,9% na população jovem ocupada	Mais de 1,2 milhão de jovens ainda permaneciam sem ocupação em 2023
Desenvolvimento Social	Expansão das oportunidades de qualificação profissional	Persistência de dificuldades de inserção produtiva, sobretudo para jovens em situação de vulnerabilidade social

Fonte: Boletins da Juventude FAPESPA 2025. Elaboração própria

Em síntese, a análise dos dados demonstra que os avanços alcançados na educação e no trabalho representam importantes conquistas para a juventude paraense, mas ainda coexistem com desafios históricos relacionados à desigualdade social, à concentração territorial das oportunidades e à precarização das relações de trabalho. A superação dessas limitações depende da implementação de políticas públicas intersetoriais capazes de articular educação, qualificação profissional, inclusão produtiva, assistência estudantil, desenvolvimento regional e promoção da igualdade racial e de gênero. Somente por meio dessa integração será possível transformar os avanços quantitativos observados em efetivas condições de inclusão social, autonomia e exercício pleno da cidadania para as juventudes do Pará.

Logo, compreender a relação entre escolarização e inserção ocupacional da juventude paraense exige reconhecer que a educação, embora constitua um importante instrumento de mobilidade social, não tem sido suficiente para assegurar o acesso a empregos de qualidade e com proteção social e as transformações recentes no mundo do trabalho, marcadas pela ampliação da informalidade, da flexibilização e da instabilidade ocupacional, têm limitado a capacidade da escolarização de produzir trajetórias laborais mais seguras, sobretudo para jovens negros e pardos oriundos das camadas populares. Assim, mais do que ampliar o acesso à educação, torna-se indispensável fortalecer políticas que garantam a permanência escolar, a conclusão dos estudos e a criação de oportunidades de trabalho digno, de modo que a formação educacional possa efetivamente converter-se em melhores condições de vida, redução das desigualdades e ampliação das possibilidades de desenvolvimento social e econômico da juventude no estado do Pará.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as relações entre juventude, educação e inserção no mercado de trabalho, buscando compreender de que maneira as desigualdades sociais influenciam as trajetórias educacionais e profissionais dos jovens, com especial atenção à realidade de Belém do Pará e da Amazônia. A partir da revisão bibliográfica e da análise de dados produzidos por instituições oficiais, foi possível constatar que, embora tenham ocorrido avanços significativos na ampliação do acesso à educação básica, à educação profissional e ao ensino superior, tais conquistas não foram acompanhadas pela expansão proporcional de oportunidades de trabalho formal, protegido e compatível com a formação adquirida pelos jovens.

Ao longo da pesquisa verificou-se que a relação entre escolarização e inserção profissional tornou-se mais complexa nas últimas décadas, a expansão das universidades públicas, a implementação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior e o crescimento da escolarização da juventude representam importantes conquistas sociais, sobretudo para jovens negros, oriundos das camadas populares e residentes em regiões historicamente marcadas pela exclusão educacional. Entretanto, conforme demonstram os dados analisados e as contribuições teóricas mobilizadas, a ampliação da escolarização, embora continue sendo um importante mecanismo de mobilidade social, já não garante, por si só, o acesso a empregos estáveis, formais e com proteção social.

Os resultados evidenciam que as transformações contemporâneas do mercado de trabalho, marcadas pela flexibilização das relações laborais, pela expansão da informalidade, pela terceirização e pelo crescimento das plataformas digitais, têm produzido novas formas de precarização que atingem de maneira mais intensa a juventude. Nesse contexto, a transição entre escola e trabalho tornou-se mais longa, incerta e desigual, sendo atravessada por condicionantes estruturais relacionados à classe social, à raça, ao gênero e ao território. Dessa forma, confirma-se a hipótese central deste estudo de que as oportunidades de inserção profissional permanecem profundamente condicionadas pelas desigualdades históricas da sociedade brasileira, limitando as possibilidades de transformação do capital educacional em mobilidade ocupacional efetiva.

No contexto paraense, essas desigualdades assumem características ainda mais evidentes, os dados analisados demonstram que o estado apresentou avanços importantes na ampliação das matrículas na educação profissional e no ensino superior, bem como melhorias nos indicadores de permanência escolar. Contudo, esses avanços convivem com elevados índices de informalidade, concentração das oportunidades educacionais e econômicas em

Belém e persistência de obstáculos para jovens residentes em municípios do interior. A realidade amazônica evidencia que as desigualdades regionais continuam desempenhando papel decisivo na definição das oportunidades educacionais e profissionais da juventude.

Por fim, este trabalho não pretende esgotar as discussões sobre juventude, educação e mercado de trabalho, mas contribuir para o aprofundamento desse debate a partir da realidade amazônica, frequentemente pouco contemplada na produção acadêmica nacional. Espera-se que os resultados apresentados possam subsidiar novas pesquisas sobre as juventudes amazônicas, incorporando metodologias empíricas, entrevistas e análises quantitativa que permitam compreender, de forma mais aprofundada, as experiências concretas dos jovens diante das transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Afinal, pensar a inserção profissional da juventude significa refletir sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais democrática, menos desigual e comprometida com a efetivação dos direitos sociais e com a garantia de condições dignas de vida para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE DA SILVA, Vergas Vitória; RIBEIRO, Gustavo César de Macêdo. Redes de ensino e desigualdades sociais no Pará:: uma análise a partir do Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 79, 2024. DOI: 10.12957/teias.2024.80305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/80305>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens.
- CARVALHO, L. O.. AS DIFICULDADES DA INSERÇÃO DA JUVENTUDE PARAENSE NO MERCADO DE TRABALHO. In: XXX Encontro Nacional de Economia Política, 2025, Campina Grande. Anais do xxx Encontro Nacional de Economia Política, 2025. CASSAB, Clarice. **Juventude: categoria social em construção**. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.). O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009/2010. COMIN, Alvaro Augusto; BARBOSA, Rogério Jerônimo. **Trabalhar para estudar ou estudar para trabalhar?** In: ARRETCHE, Marta (org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP/CEM, 2015. COSTA, Fabiana. (n.d.). **Juventude e Educação Profissional de Nível Médio -percursos generificados?** Comitê de Pesquisa: CP30 -Sociologia da Juventude Autor(es): Fabiana. DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Boletim Trabalho e Renda 2025**. Belém: FAPESPA, 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Boletim Juventude Paraense: educação e mercado de trabalho**. Belém: FAPESPA, 2025.

GROPPO, Luiz Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, diversos anos.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Juventude**. Brasília: IPEA, diversos anos.

SANTOS, Andreia dos. **O que é juventude?** | Blog Café com Sociologia, mar. 2021

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, A. N. de, & BORDINGON, L. (2024). **RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL**. Cadernos Do CEAS: Revista crítica De Humanidades, 49(263), 607–628. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p607-628>

TRINDADE, José Raimundo Barreto et al. **Relatório Negritude: um retrato racial do mercado de trabalho brasileiro e paraense**. Belém: OPAMET/UFPA, 2025.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. **Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil**. Estudos Avançados, v. 34, n. 99, p. 353-372, 2020.